



2014



São Paulo, 27 de março de 2015: CESP - Companhia Energética de São Paulo (BM&FBOVESPA: CESP3, CESP5 e CESP6), a maior geradora de energia hidrelétrica do Estado de São Paulo e uma das maiores do país, divulga o release de resultados referentes ao quarto trimestre (4T14) e ao ano de 2014. As informações foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") e práticas contábeis adotadas no Brasil, comparadas com o mesmo período do ano de 2013, exceto onde indicado de outra forma.

Teleconferência 2014 com Tradução Simultânea

Data: 01/04/2015

Português

12h00 (Horário de Brasília)

11h00 (Horário de Nova Iorque)

Tel.: +55 11 2188-0155

Código: CESP

Replay: +55 11 2188-0155

Senha: CESP

Tradução para o inglês

12h00 (Horário de Brasília)

11h00 (Horário de Nova Iorque)

EUA: (1 646) 843 6054

Demais países: (1 866) 890 2584

Código: CESP

Replay: +55 11 2188-0155

Senha: CESP

Contatos RI:

Tel.: +55 11 5613-3626

Fax: +55 11 5613-3657

ricesp@cesp.com.br

www.cesp.com.br

Exercício de 2014

- * **Receita Operacional Líquida** de R\$ 4,9 bilhões, 24,4% acima do registrado em 2013
- * **Despesas Operacionais** de R\$ 1,7 bilhão, em linha com 2013
- * **Resultado do Serviço** de R\$ 3,2 bilhões, 42,7% superior ao alcançado em 2013
- * **EBITDA** (Instrução CVM 527/12) de R\$ 1,7 bilhão em 2014
- * **EBITDA Ajustado** de R\$ 4,0 bilhões, com margem de 82,7%
- * **Lucro Líquido** de R\$ 560,1 milhões em 2014
- * **Proposta de distribuição de dividendos** de R\$ 1.773 milhões (R\$ 193 milhões já pagos como Juros sobre o Capital o Próprio)

Destques Operacionais e Financeiros (R\$ mil)

	4T14	4T13	Var%	2014	2013	Var%
Receita Operacional Líquida	912.977	951.192	-4,0%	4.856.023	3.904.102	24,4%
Despesas Operacionais	(399.426)	(433.850)	-7,9%	(1.701.952)	(1.694.460)	0,4%
Resultado do Serviço	513.551	517.342	-0,7%	3.154.071	2.209.642	42,7%
EBITDA Ajustado	729.348	795.933	-8,4%	4.017.287	3.062.593	31,2%
Margem EBITDA Ajustado	79,9%	83,7%	-3,9 p.p.	82,7%	78,4%	4,3 p.p.
Resultado Financeiro	(36.476)	(104.458)	-65,1%	(132.284)	(422.082)	-68,7%
Lucro Líquido (Prejuízo)	(1.147.758)	(990.558)	15,9%	560.139	(195.346)	-
Dividendos e JCP				1.773.195	1.044.076	69,8%

PARQUE GERADOR

A CESP – Companhia Energética de São Paulo detém a concessão de cinco usinas de geração hidrelétrica que operam no regime de preço, com um total de 52 unidades geradoras, 6.649,82 MW de capacidade instalada e 3.698,5 MW médios de garantia física de energia, que correspondem a 5% da capacidade instalada e da garantia física de energia do Brasil. A UHE Três Irmãos foi operada pela Cesp sob o regime de cotas, de 18 de abril de 2013 a 9 de outubro de 2014, quando então foi transferida para o novo operador.

As usinas estão instaladas nas bacias hidrográficas do Rio Paraná, no oeste do Estado de São Paulo, e do Rio Paraíba do Sul, no leste do Estado e compõem o seguinte Parque Gerador:

Usinas Hidrelétricas	Entrada em Operação	Unidades Geradoras	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW Médio)	Vencimentos das Concessões
Ilha Solteira	1973	20	3.444,0	1.731,5	07/07/2015
Jupiá	1969	14	1.551,2	886,0	07/07/2015
Porto Primavera	1999	14	1.540,0	1.017,0	21/05/2028
Paraibuna	1978	2	87,0	50,0	09/03/2021
Jaguari	1972	2	27,6	14,0	20/05/2020
Total		52	6.649,8	3.698,5	
Três Irmãos*	1993	5	807,5	217,5	18/11/2011
Total		57	7.457,3	3.916,0	

- * Durante 2014, a CESP operou a Usina Três Irmãos no regime de cotas. No dia 10 de outubro foi iniciada a concessão do novo operador daquela usina, a TIJOÁ Participações e Investimentos S/A que, a partir daquela data, assumiu a responsabilidade pela sua operação.
- * A CESP ingressou na Justiça Federal, em Brasília, com Ação de Procedimento Ordinário com Pedido de Tutela Antecipada, em face da União, pleiteando o recebimento de indenização pelos investimentos realizados e ainda não amortizados, em vista da reversão dos bens e instalações da UHE Três Irmãos. Paralelamente, pleiteou e em 27 de novembro, o Juiz estabeleceu, em decisão que ainda cabe recurso, que a CESP tem direito a receber o valor considerado incontroverso (R\$ 1.717 milhões) em parcelas mensais durante sete anos, enquanto discute o montante total de indenização a receber.

PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

No ano de 2014, a produção de energia elétrica da CESP (sem considerar a Usina Três Irmãos) atingiu 28.166 GWh, 17,3% inferior ao ano de 2013. No 4T14, a produção foi de 6.113 GWh, 31,3% inferior em relação ao 4T13. A produção atende ao comando do ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, e reflete a decisão de reduzir a geração hidráulica como forma de proteção dos níveis dos reservatórios, afetados pela estiagem verificada na região Sudeste.

Produção em MWh				
Usinas Hidrelétricas	4T14	4T13	2014	2013
Ilha Solteira	2.380.823	4.061.981	11.982.299	15.289.750
Jupia	1.638.622	2.243.311	7.247.271	8.544.398
Porto Primavera	2.001.353	2.487.323	8.444.596	9.775.980
Paraibuna	65.529	83.835	402.652	346.413
Jaguari	26.834	23.312	88.887	97.754
Subtotal	6.113.161	8.899.762	28.165.705	34.054.295
Três Irmãos	-	490.422	982.180	1.891.385
Total	6.113.161	9.390.184	29.147.885	35.945.680

Garantia Física = $\begin{cases} 3.698,5 \text{ MW médios} \times 24 \text{ horas} \times 92 \text{ dias} = 8.166.288 \text{ MWh}/4T14 \\ 3.698,5 \text{ MW médios} \times 24 \text{ horas} \times 365 \text{ dias} = 32.398.860 \text{ MWh}/2014 \end{cases}$
(sem Três Irmãos)

Em 2014, a produção da CESP foi 13,1% inferior à garantia física, sem considerarmos Três Irmãos. No 4T14, foi inferior em 25,1%.

Em 2014, as condições hidrológicas desfavoráveis afetaram a produção de energia hidrelétrica do país, inclusive a da CESP. Pela primeira vez em mais de dez anos, a produção das usinas da CESP, despachada de forma centralizada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, ficou abaixo de sua garantia física. A produção hidrelétrica nacional no ano ficou abaixo da garantia física do Sistema Interligado Nacional - SIN, fato que resultou mensalmente em fator MRE (GSF) abaixo de 1, impactando significativamente todos os geradores hidrelétricos do SIN. Mesmo com os GSF's apresentados de 0,877 no mês de outubro, 0,877 no mês de novembro e 0,879 no mês de dezembro, não houve necessidade da Companhia adquirir energia a preços de PLD, em virtude de sua energia descontratada.

COMERCIALIZAÇÃO

Os clientes da CESP são: (i) as distribuidoras de energia elétrica do país que compram energia em leilões no mercado regulado por meio de contratos de longo prazo e; (ii) as comercializadoras e os consumidores livres, que adquirem energia por meio de ofertas públicas em contratos bilaterais de curto, médio e longo prazo.

A CESP comercializa sua energia de garantia física líquida nos seguintes ambientes:

Ambiente de Contratação Livre – ACL: por meio de Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica de curto, médio e longo prazo, com volumes, condições e preços negociados com empresas comercializadoras e consumidores livres.

Ambiente de Contratação Regulada – ACR: mediante leilões de compra de energia, organizados pela ANEEL, realizados por intermédio da CCEE para atender as distribuidoras.

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE: onde as diferenças entre a energia produzida, garantia física líquida e contratada são contabilizadas e liquidadas, parte para atender ao MRE – Mecanismo de Realocação de Energia a tarifas reguladas que cobrem apenas o custo variável de geração de energia, e parte como sobras e energia secundária, a Preços de Liquidação das Diferenças – PLD, apurados na CCEE.

Adicionalmente, a CESP disponibilizou, no Regime de Cotas, a energia produzida na Usina Três Irmãos que foi operada até outubro de 2014.

RECEITAS

No ano de 2014, as **Receitas com Venda de Energia** aumentaram 23,6%, atingindo R\$ 5,4 bilhões, com destaque para o Mercado de Curto Prazo – PLD que mesmo impactado pelo Fator MRE (GSF), apresentou crescimento de 98,5%. No 4T14, as **Receitas com Venda de Energia** somaram **R\$ 1,1 bilhão**, 0,4% superior a 2013, com destaque para o Ambiente de Contratação Livre – ACL, que apresentou crescimento de 11,0%.

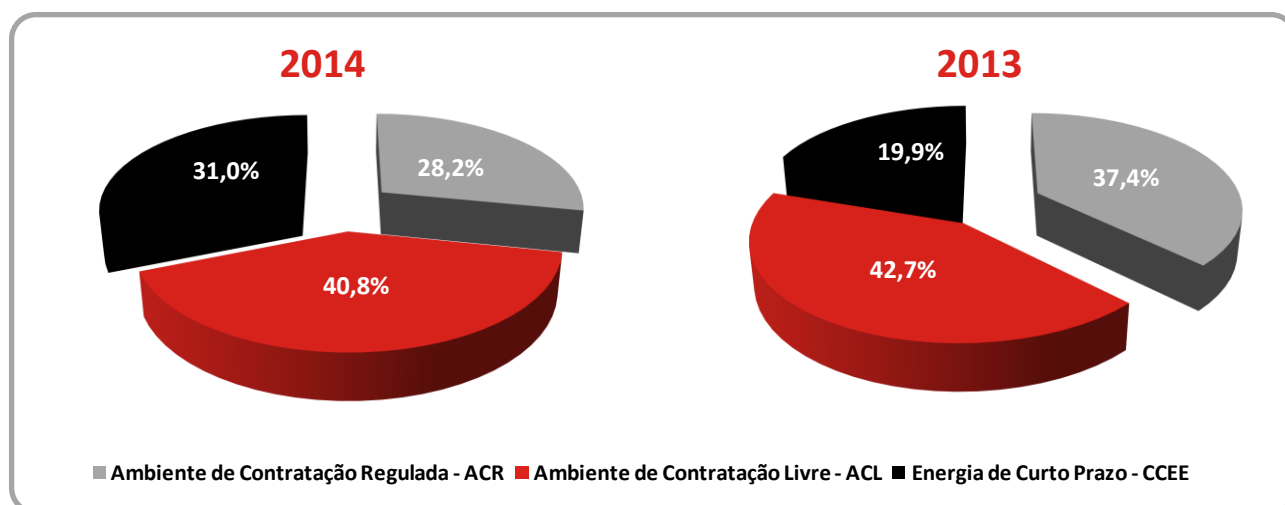
Composição das Vendas de Energia	MWh			R\$ mil		
	4T14	4T13	Var.	4T14	4T13	Var.
Ambiente de Contratação Livre - ACL	3.965.175	3.617.920	9,6%	506.479	456.103	11,0%
Ambiente de Contratação Regulada - ACR	2.304.125	3.572.777	-35,5%	395.976	427.289	-7,3%
Mercado de Curto Prazo - PLD	237.658	148.407	60,1%	191.667	191.305	0,2%
Mercado de Curto Prazo - MRE	(569.979)	157.074	-	(7.122)	8.449	-
Total	5.936.979	7.496.178	-20,8%	1.087.000	1.083.146	0,4%

Composição das Vendas de Energia	MWh			R\$ mil		
	2014	2013	Var.	2014	2013	Var.
Ambiente de Contratação Livre - ACL	17.130.334	14.694.010	16,6%	2.198.376	1.858.201	18,3%
Ambiente de Contratação Regulada - ACR	8.936.985	14.037.343	-36,3%	1.515.503	1.628.992	-7,0%
Mercado de Curto Prazo - PLD	2.471.517	2.333.421	5,9%	1.687.003	849.822	98,5%
Mercado de Curto Prazo - MRE	(1.248.581)	1.227.569	-	(17.070)	19.301	-
Total	27.290.255	32.292.343	-15,5%	5.383.812	4.356.316	23,6%

Nota – Dados não contemplam a energia e a receita do regime de cotas da UHE Três Irmãos.

DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA

Em 2014, o **Ambiente de Contratação Livre (ACL)** respondeu pelo maior volume de receita, comercializada ao preço médio de R\$ 128,33/MWh. O preço médio do **Ambiente de Contratação Regulada (ACR)** foi de R\$ 169,58/MWh e o do **PLD** ficou em R\$ 682,58/MWh.



Ambiente de Contratação Livre – ACL

No ano de 2014, a participação do Ambiente de Contratação Livre no faturamento (contratos de ACL + ACR e venda no mercado Spot), foi de 40,8% e correspondeu a **R\$ 2,2 bilhões**. No trimestre registrou **R\$ 506,5 milhões**, com participação de 46,3%.

O volume de energia destinado ao ACL correspondeu a 17.130 GWh no ano, representando uma participação de 60,0% na quantidade de energia comercializada (contratos de ACL + ACR e venda no mercado Spot). No trimestre esta participação foi de 60,9%.

Ambiente de Contratação Regulada – ACR

No ano, a participação no faturamento neste ambiente foi de 28,2%, registrando **R\$ 1,5 bilhão**. No trimestre atingiu R\$ 396,0 milhões, representando 36,2%.

O volume de energia destinada ao ACR totalizou 8.937 GWh no ano e representou uma participação de 31,3% da quantidade total comercializada. No trimestre, este volume foi de 2.304 GWh com 35,4% de participação.

Mercado de Curto Prazo

Em 2014, a receita obtida pela empresa na CCEE, sem considerar o MRE – Mecanismo de Realocação de Energia, foi de **R\$ 1,7 bilhão**, com participação de 31,0%. No trimestre este valor atingiu R\$ 191,7 milhões, com participação de 17,5%.

O volume comercializado no Mercado de Curto Prazo – PLD em 2014 foi 2.472 GWh ou 8,7% do volume total comercializado. No trimestre, o volume comercializado foi de 237,7 GWh.

O preço médio do PLD em 2014 foi de R\$ 682,58/MWh, ante R\$ 364,20/MWh em 2013. No 4T14 o preço médio do PLD foi de R\$ 806,48/MWh.

No MRE – Mecanismos de Realocação de Energia, a Companhia, em 2014, adquiriu 1.248 GWh a um custo de R\$ 17 milhões.

DEDUÇÕES À RECEITA

As **Deduções à Receita** representaram 11,1% da Receita Operacional Bruta no ano de 2014 e registraram **R\$ 607,5 milhões**. No 4T14, a participação sobre a Receita foi de 16,7% com valor de R\$183,5. Em 2013, as **Deduções** somaram **R\$ 516,5 milhões** no e **R\$ 154,9 milhões** no trimestre, representando **11,7%** e **14,0%** da Receita Operacional Bruta, respectivamente.

Deduções à Receita - R\$ mil	4T14	4T13	Var.	2014	2013	Var.
Quota para reserva global de reversão - RGR	(82.836)	(54.677)	51,5%	(146.172)	(117.862)	24,0%
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(9.070)	(9.312)	-2,6%	(48.474)	(39.095)	24,0%
Imposto s/ serviços - ISS	(193)	(25)	672,0%	(238)	(118)	101,7%
COFINS s/ receitas operacionais	(75.097)	(74.683)	0,6%	(339.066)	(295.322)	14,8%
PIS s/ receitas operacionais	(16.302)	(16.212)	0,6%	(73.591)	(64.105)	14,8%
Total	(183.498)	(154.909)	18,5%	(607.541)	(516.502)	17,6%
% da Receita Bruta	16,7%	14,0%	2,7 p.p.	11,1%	11,7%	-0,5 p.p.

DESPESAS OPERACIONAIS

No ano de 2014, as **Despesas Operacionais** somaram **R\$ 1,7 bilhão**, 0,4% superior ao mesmo período de 2013, representando 35,0% da Receita Líquida.

Já no 4T14, a participação sobre a Receita Líquida foi de 43,7%, registrando R\$ 399,4 milhões, queda de 7,9% ao 4T13.

Os itens que contribuíram para a redução no ano foram: (i) Despesa de Pessoal em -8,1%; (ii) Serviços de terceiros em -10,0% e (iii) Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos em -14,2% em virtude da menor produção de energia.

Por outro lado, houve crescimento das despesas de encargos de uso do sistema de transmissão em 8,3% e taxas do setor elétrico em 9,6%, decorrente do aumento das tarifas. As provisões operacionais tiveram acréscimo devido à constituição de provisão no valor de R\$ 123,5 milhões, referente a processo trabalhista de adicional de periculosidade no exercício de 2014.

Despesas Operacionais - R\$ mil	4T14	4T13	Var.	2014	2013	Var.
Pessoal	(53.663)	(51.555)	4,1%	(183.774)	(199.964)	-8,1%
Programa de incentivo a aposentadoria	-	-	-	(6.294)	(27.948)	-77,5%
Entidade de previdência - Contribuição ao plano	(2.380)	(2.472)	-3,7%	(8.344)	(9.768)	-14,6%
Entidade de previdência - CPC 33 / IAS 19	1.554	(14.756)	-	4.935	(25.109)	-
Material	(3.093)	(2.661)	16,2%	(11.935)	(10.584)	12,8%
Serviços de terceiros	(28.909)	(30.973)	-6,7%	(92.378)	(102.672)	-10,0%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(32.958)	(47.823)	-31,1%	(157.143)	(183.067)	-14,2%
Encargos de uso do sistema de transmissão / serviços do sistema	(94.849)	(91.547)	3,6%	(385.983)	(356.242)	8,3%
Taxas do setor elétrico	(5.414)	(4.770)	13,5%	(20.068)	(18.303)	9,6%
Créditos de COFINS/PIS s/ encargo de uso do sistema de transmissão	7.870	6.962	13,0%	25.758	27.865	-7,6%
Depreciação	(158.116)	(159.377)	-0,8%	(641.185)	(680.626)	-5,8%
Provisão para perda estimada de crédito	28.772	(1.706)	-	21.029	(12.021)	-
Provisões operacionais	(49.536)	(24.216)	104,6%	(224.773)	(73.914)	204,1%
Outras despesas	(8.704)	(8.956)	-2,8%	(21.797)	(22.107)	-1,4%
Total	(399.426)	(433.850)	-7,9%	(1.701.952)	(1.694.460)	0,4%
% da Receita Líquida	43,7%	45,6%	-1,9 p.p.	35,0%	43,4%	-8,3 p.p.

OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS LÍQUIDAS

Esta rubrica inclui, principalmente, a Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*) referente às Usinas Ilha Solteira e Jupuíá. Considerando o vencimento das concessões dessas usinas, em 7 de julho de 2015, e a incerteza quanto ao valor das indenizações, a CESP, apenas para fins do CPC nº 01 e observando o princípio contábil da prudência, está procedendo a contabilização de Provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 1.997 milhões, sujeito a discussão futura, sendo este valor registrado diretamente no resultado do exercício, conforme apresentado a seguir:

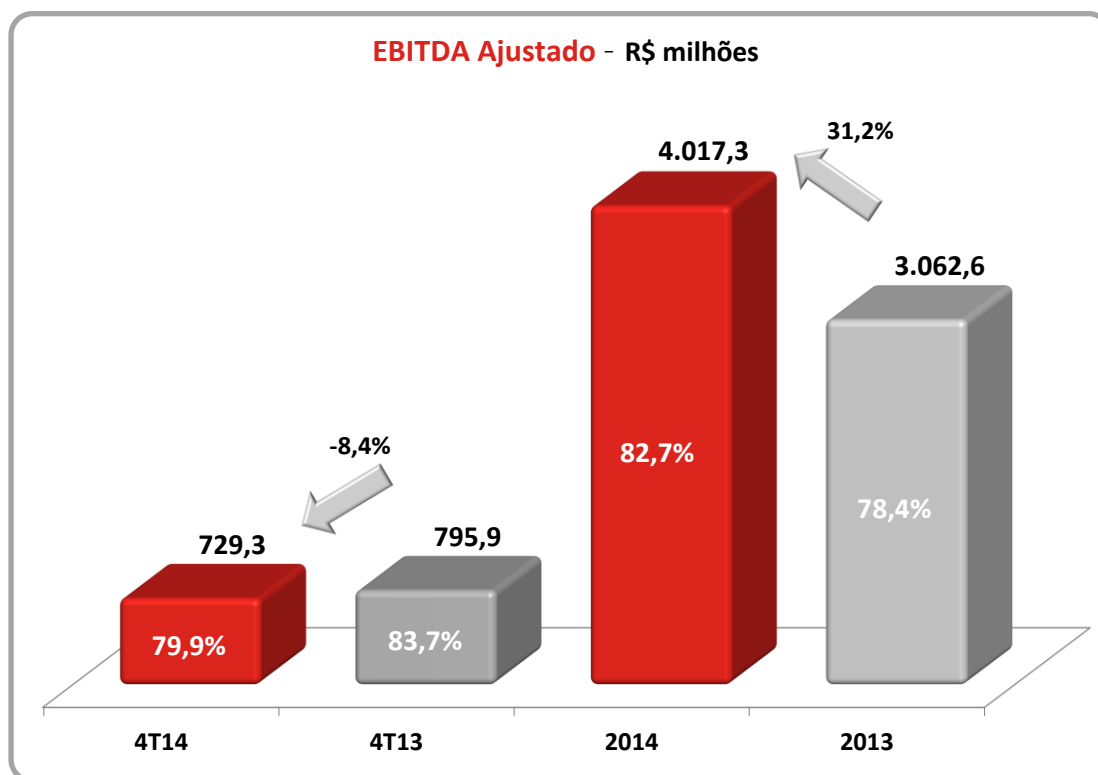
	Ilha Solteira	Jupuíá	31.12.2014
Valor de recuperação	639.360	359.356	998.716
Ativo imobilizado líquido	(2.302.562)	(693.450)	(2.996.012)
Impairment Contabilizado	(1.663.202)	(334.094)	(1.997.296)

Esta provisão é compensada por: (i) reversão do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos de R\$ 679 milhões e (ii) reversão da Reserva de Avaliação Patrimonial para a rubrica de Lucros e Prejuízos Acumulados no valor de R\$ 1.318 milhões.

EBITDA

Em 2014, o **EBITDA Ajustado** totalizou **R\$ 4,0 bilhões**, 31,2% superior ao ano de 2013. A **margem EBITDA Ajustado** no período foi de **82,7%**, superior aos 78,4% verificado em 2013.

No quarto trimestre de 2014, o **EBITDA Ajustado** atingiu **R\$ 729,3 milhões**, 8,4% inferior ao 4T13, com **margem** de 79,9%, ante a margem de 83,7% do 4T13.



Demonstração:

EBIT / EBITDA - R\$ mil	4T14	4T13	Var.	2014	2013	Var.
Lucro Líquido	(1.147.758)	(990.558)	15,9%	560.139	(195.346)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social (líquidos)	(431.044)	(456.725)	-5,6%	322.391	(56.488)	-
Resultado Financeiro	36.476	104.458	-65,1%	132.284	422.082	-68,7%
EBIT	(1.542.326)	(1.342.825)	14,9%	1.014.814	170.248	496,1%
Depreciação	158.443	159.704	-0,8%	642.499	681.939	-5,8%
EBITDA	(1.383.883)	(1.183.121)	17,0%	1.657.313	852.187	94,5%
Provisão ativo contingente - UHE Três Irmãos	-	1.811.718	-	-	1.811.718	-
Provisão para redução ao valor recuperável	1.997.296	-	-	1.997.296	-	-
Provisões para Riscos Legais	115.935	167.336	-30,7%	362.678	398.688	-9,0%
EBITDA Ajustado	729.348	795.933	-8,4%	4.017.287	3.062.593	31,2%
Margem EBITDA Ajustado	79,9%	83,7%	-3,9 p.p.	82,7%	78,4%	4,3 p.p.

RESULTADO FINANCEIRO

As **Receitas Financeiras** somaram **R\$ 259,0 milhões** no ano de 2014, 97,6% superior aos R\$ 131,1 milhões de 2013. No 4T14 atingiram **R\$ 94,0 milhões**, 310,0% superior aos R\$ 22,9 milhões do 4T13, refletindo a maior disponibilidade de caixa e a atualização sobre compra de moeda estrangeira para quitação do Bônus da Série 8 com vencimento em 15 de janeiro de 2015.

Em 2014, o **Total das Despesas Financeiras**, incluindo Encargos de Dívidas e Outras Despesas Financeiras foi de **R\$ 182,7 milhões**, 29,5% inferior ao mesmo período de 2013. No 4T14, esta variação foi 17,7% inferior e refletem a redução do endividamento.

As **Variações Monetárias** resultaram em **R\$ 126,0 milhões** negativos em 2014 e **R\$ 29,8 milhões** negativos no 4T14. Já as **Variações Cambiais** somaram, nos mesmos períodos, respectivamente **R\$ 82,6 milhões** negativos e **R\$ 55,5 milhões** negativos. As **Variações Monetárias** refletem indicadores relacionados à inflação e as **Variações Cambiais** à valorização de 13,39% no ano e 8,37% no 4T14 do Dólar Americano perante o Real.

Desta forma, o **Resultado Financeiro** foi de **R\$ 132,3 milhões** negativos em 2014 e de **R\$ 36,5 milhões** negativos no 4T14, sendo 68,7% e 65,1% inferiores a 2013 e ao 4T13 respectivamente.

Detalhamento do Resultado Financeiro - R\$ mil	4T14	4T13	Var.	2014	2013	Var.
RECEITAS	93.964	22.917	310,0%	259.014	131.084	97,6%
Rendimentos de aplicações financeiras	55.268	20.967	163,6%	185.670	67.626	174,6%
Atualização de quotas subordinadas - FIDC	2.630	1.799	46,2%	8.660	6.725	28,8%
Atualização de créditos / recebíveis	-	-	-	-	1.689	-
Atualização sobre compra de moeda estrangeira	35.882	63	-	63.113	45.468	38,8%
Atualização de depósitos judiciais e tributos compensáveis	19	15	26,7%	750	9.068	-91,7%
Outras	165	73	126,0%	821	508	61,6%
DESPESAS						
ENCARGOS DE DÍVIDAS	(38.452)	(38.706)	-0,7%	(151.645)	(198.901)	-23,8%
Moeda estrangeira	(11.970)	(11.235)	6,5%	(47.243)	(79.089)	-40,3%
Moeda nacional	(26.482)	(27.471)	-3,6%	(104.402)	(119.812)	-12,9%
OUTRAS DESPESAS FINANCEIRAS	(6.650)	(16.087)	-58,7%	(31.016)	(60.028)	-48,3%
Encargos e atualização s/ tributos e contribuições sociais / outros	-	(175)	-	(134)	(1.014)	-86,8%
Juros e atualização do Contrato ELETROBRÁS	-	-	-	-	(4.969)	-
Atualização de cessão de créditos de recebíveis de energia	-	-	-	-	(4.219)	-
Imposto s/ operações financeiras	(72)	(719)	-90,0%	(357)	(999)	-64,3%
Imposto de renda s/ remessa ao exterior	(3.565)	(2.043)	74,5%	(14.157)	(20.515)	-31,0%
Atualização TAC	-	(200)	-	(265)	(1.197)	-77,9%
Despesas com operações financeiras - FIDC	(176)	(229)	-23,1%	(765)	(1.862)	-58,9%
Atualização P&D - projetos	(2.254)	(1.728)	30,4%	(8.241)	(5.687)	44,9%
Desconto contratos de clientes	(297)	(707)	-58,0%	(2.836)	(4.181)	-32,2%
Outros encargos	(286)	(10.286)	-97,2%	(4.261)	(15.385)	-72,3%
TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS	(45.102)	(54.793)	-17,7%	(182.661)	(258.929)	-29,5%
RESULTADO BRUTO	48.862	(31.876)	-	76.353	(127.845)	-
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS LÍQUIDAS	(85.338)	(72.582)	17,6%	(208.637)	(294.237)	-29,1%
Moeda nacional	(29.801)	(37.732)	-21,0%	(125.992)	(132.430)	-4,9%
Moeda estrangeira	(55.537)	(34.850)	59,4%	(82.645)	(161.807)	-48,9%
RESULTADO FINANCEIRO	(36.476)	(104.458)	-65,1%	(132.284)	(422.082)	-68,7%

RESULTADO LÍQUIDO

Em 2014, o **Lucro Antes dos Impostos** alcançou **R\$ 882,5 milhões** e as despesas de **Imposto de Renda e Contribuição Social** somaram **R\$ 322,4 milhões**. Desta forma, o **Lucro Líquido** registrou **R\$ 560,1 milhões**.

No 4T14 o **Lucro Líquido** foi de **R\$ 1,1 bilhão** negativos, e refletem a baixa das Usinas de Jupia e Ilha Solteira.

INDICADORES

Na tabela abaixo estão relacionados os principais indicadores que impactaram o resultado da CESP.

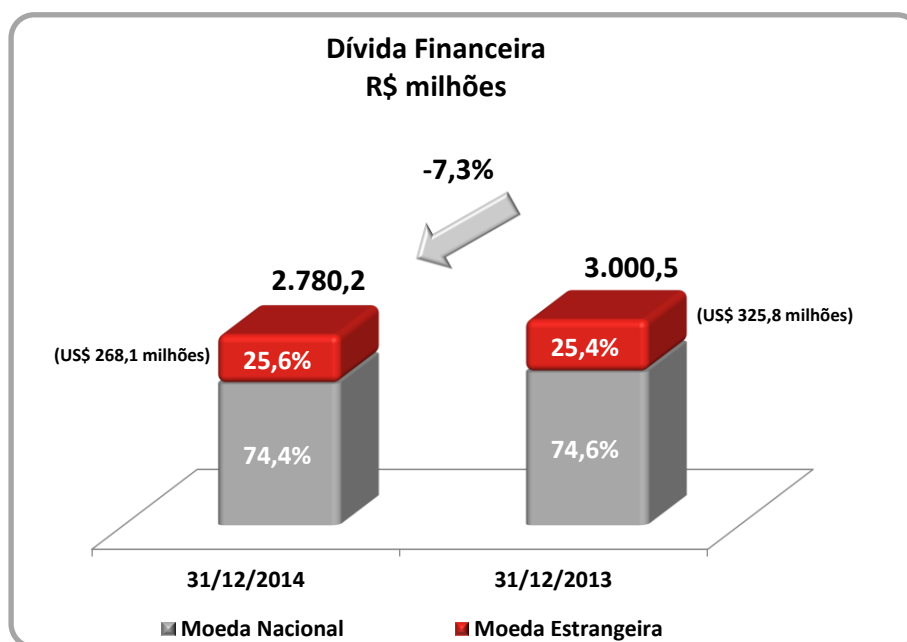
Indicadores Econômico -Financeiros	4T14	4T13	Var.	2014	2013	Var.
Preço Médio Geral - R\$ por MWh*	168,15	146,43	14,8%	189,25	139,61	35,6%
Margem do Resultado do Serviço	56,3%	54,4%	1,9 p.p.	65,0%	56,6%	8,4 p.p.
Varição do Dólar	8,37%	5,05%	3,3 p.p.	13,39%	14,64%	-1,2 p.p.
IGP-M	1,89%	1,75%	0,2 p.p.	3,69%	5,51%	-1,8 p.p.
IPC-A	1,71%	2,03%	-0,3 p.p.	6,41%	5,91%	0,5 p.p.

*Considera a venda em contratos (ACR + ACL) e a venda no Mercado de Curto Prazo - PLD.

DÍVIDA FINANCEIRA

A **Dívida Financeira** em 31/12/2014 era de **R\$ 2.780,2 milhões**, 7,3% inferior a 31/12/2013.

Considerando os recursos em Caixa de **R\$ 2.427,8 milhões**, a **Dívida Líquida** ao final de dezembro de 2014 era de **R\$ 352,3 milhões**, 83,7% inferior a 31/12/2013.



A dívida em moeda estrangeira era de **US\$ 268,1 milhões** em 31/12/2014, incluindo encargos incorridos até a data (US\$ 325,8 milhões em 31/12/2013).

Posição da Dívida em (Em R\$ mil)	31/12/2014			31/12/2013		
	Encargos	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Var. %
Moeda Estrangeira	2.243	124.727	585.059	712.029	762.923	-6,7%
Instituições Financeiras	-	-	-	-	32.963	-100,0%
BNDES	2.191	124.727	583.819	710.737	728.433	-2,4%
Outras Instituições	52	-	1.240	1.292	1.527	-15,4%
Moeda Nacional	41.911	980.916	20.208	1.043.035	999.870	4,3%
Instituições Financeiras	732	38.728	-	39.460	52.493	-24,8%
Notas de Médio Prazo - NMP	41.171	937.034	-	978.205	916.819	6,7%
ELETOBRÁS	8	5.154	20.208	25.370	30.558	-17,0%
Outras Dívidas	3.748	446.568	574.789	1.025.105	1.237.690	-17,2%
FIDC	3.748	286.878	268.716	559.342	784.444	-28,7%
Entidade de Previdência a empregados (a)	-	159.690	306.073	465.763	453.246	2,8%
Total da Dívida Financeira (1)	47.902	1.552.211	1.180.056	2.780.169	3.000.483	-7,3%
Recursos (2)	-	2.427.852	-	2.427.852	839.649	189,2%
Disponibilidades	-	2.427.852	-	2.427.852	839.649	189,2%
TOTAL LÍQUIDO (1) - (2)	47.902	(875.641)	1.180.056	352.317	2.160.834	-83,7%

(a) Contratos de dívida com a Fundação CESP que, deduzidos de R\$ 465,7 milhões referentes ao ajuste CPC 33 apresentam saldo de R\$ 131,9 milhões no Passivo Não Circulante em 31.12.2014

MERCADO DE CAPITALIS

As ações CESP6 – Preferenciais Classe B, as mais negociadas da CESP, representam 64% do capital total da Companhia e tiveram aumento de 19,6% no ano de 2014. No mesmo período, as ações CESP5 – Preferenciais Classe A, que representam 3% do capital, valorizaram-se 13,6% e as CESP3 – Ordinárias, que representam 33% do capital total da Companhia, tiveram variação positiva de 12,6%.

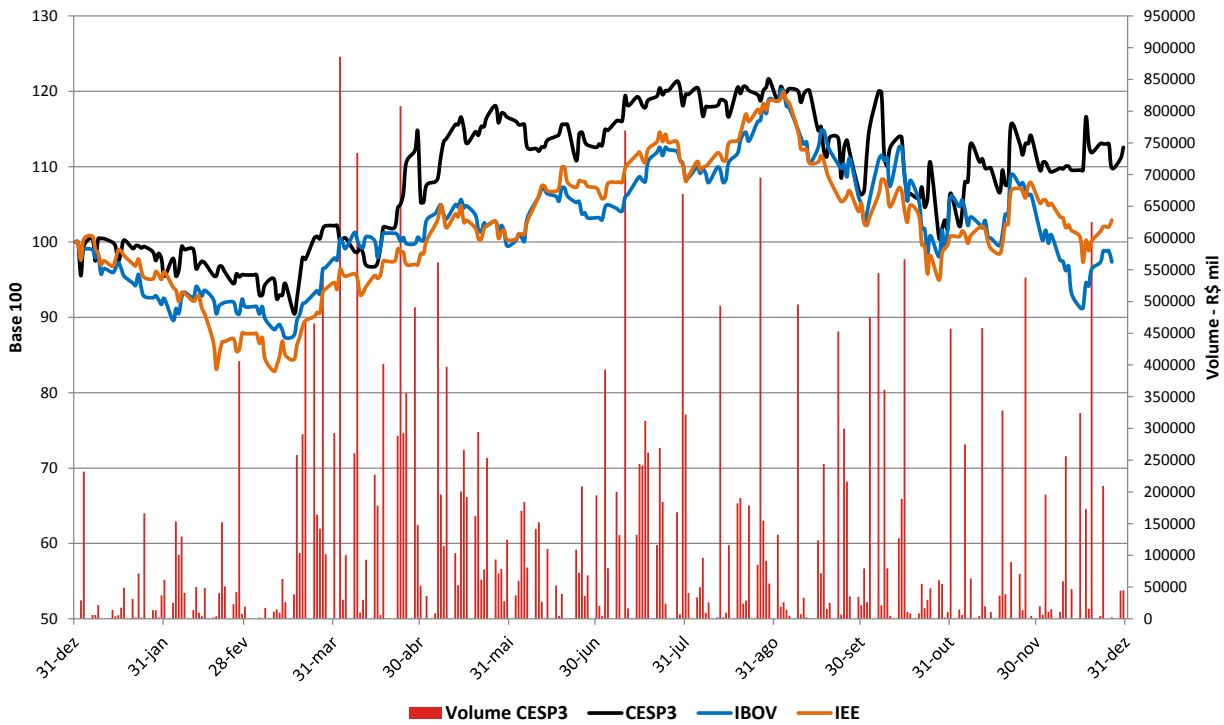
Durante 2014, o IBOVESPA teve queda de 2,9% e o IEE Índice de Energia Elétrica, aumento de 3,5%.

A tabela abaixo apresenta as cotações de fechamento e valor de mercado da CESP no último pregão de dezembro de 2013 e dezembro de 2014, bem como o total de pontos dos índices IBOVESPA e IEE, nas mesmas datas.

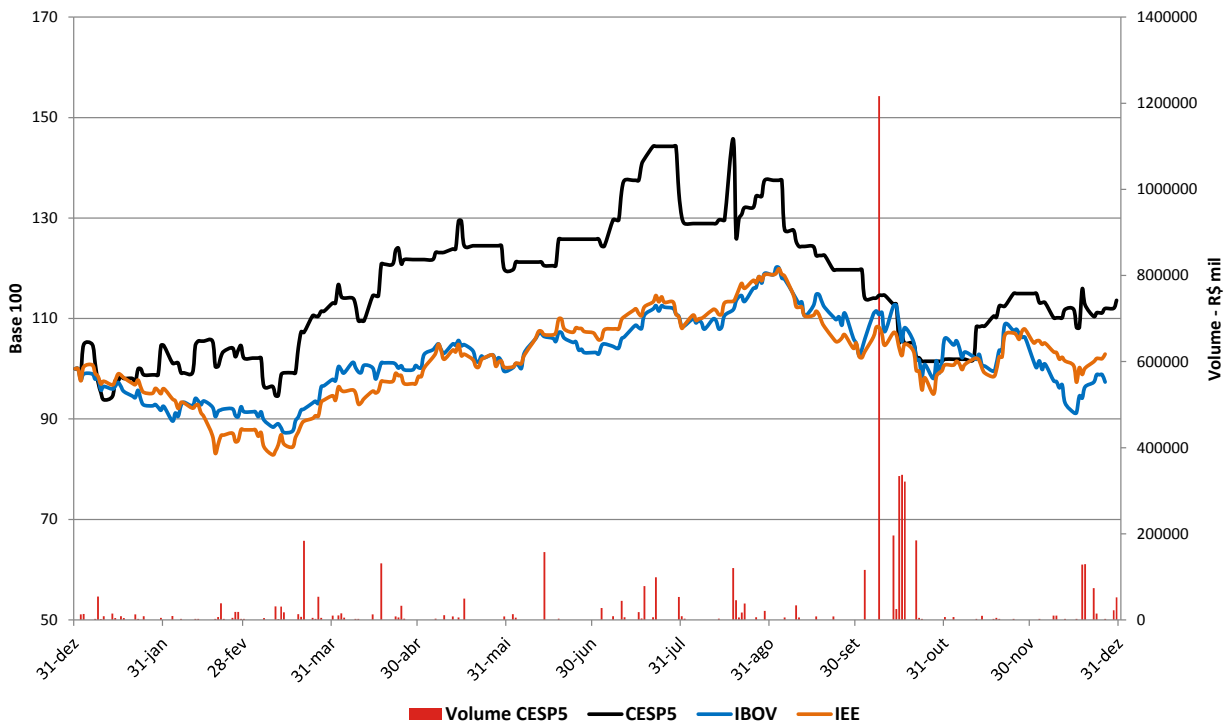
Ação / Índice	Fechamento Dezembro/2014	Fechamento Dezembro/2013	Var. %	Número de Ações (mil)	Valor de Mercado (R\$ mil) Dezembro/2014
CESP3 - ON	22,40	19,90	12,6%	109.168	2.445.363
CESP5 - PNA	25,20	22,18	13,6%	7.703	194.116
CESP6 - PNB	26,81	22,42	19,6%	210.632	5.647.044
TOTAL CESP				327.503	8.286.523
IBOV	50.007	51.507	-2,9%		
IEE	27.161	26.250	3,5%		

DESEMPENHO DAS AÇÕES

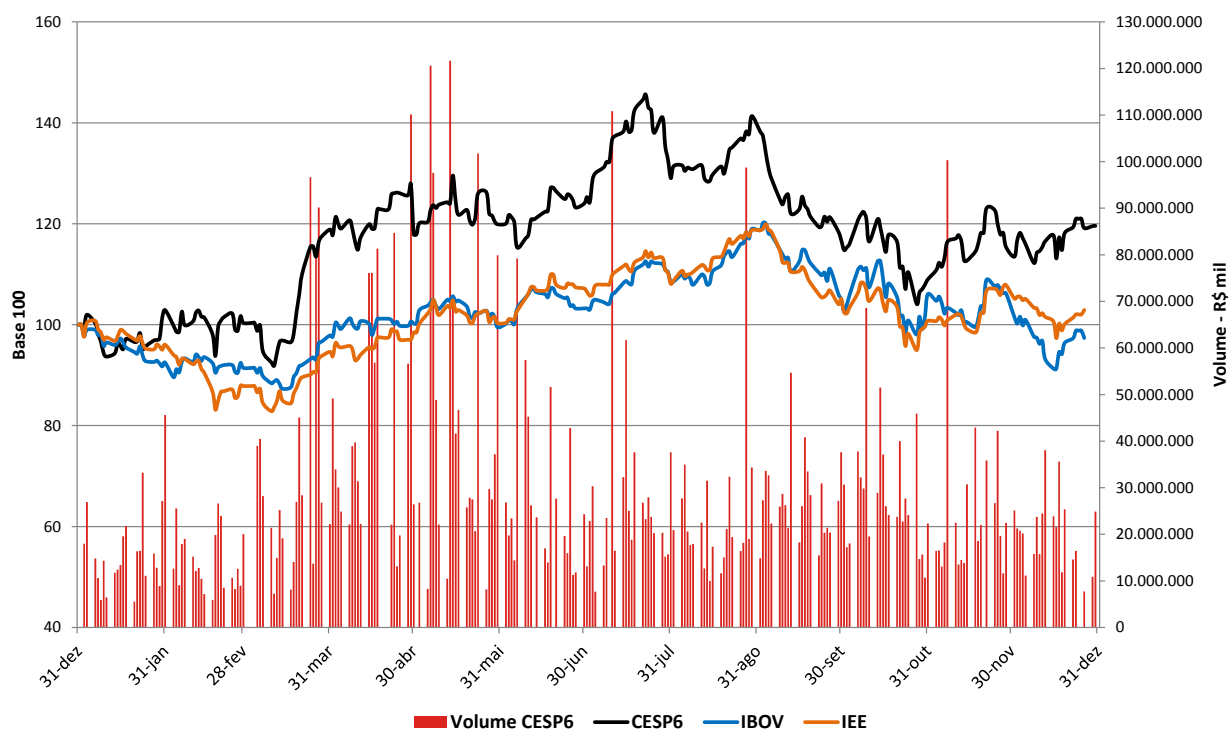
CESP3 - ON (Cotação em 31/12/2014 R\$ 22,40)



CESP5 - PNA (Cotação em 31/12/2014 R\$ 25,20)



CESP6 – PNB (Cotação em 31/12/2014 R\$ 26,81)



AVISO LEGAL

As afirmações contidas neste documento relacionadas às perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas às perspectivas de crescimento da CESP são meramente projeções e, como tais, são baseadas exclusivamente nas expectativas da administração sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

Demonstração dos Resultados - R\$ mil

	4T14	4T13	Var.	2014	2013	Var.
RECEITA OPERACIONAL	1.096.475	1.106.101	-0,9%	5.463.564	4.420.604	23,6%
Fornecimento de energia	236.603	242.369	-2,4%	1.080.326	971.845	11,2%
Suprimento de energia - Contratos	269.876	213.734	26,3%	1.118.050	886.356	26,1%
Suprimento de energia de leilões	395.976	427.289	-7,3%	1.515.503	1.628.992	-7,0%
Energia de curto prazo	184.545	199.754	-7,6%	1.669.933	869.123	92,1%
Regime de cotas - Três Irmãos	3.534	22.129	-84,0%	71.153	60.497	17,6%
Outras receitas	5.941	826	619,2%	8.599	3.791	126,8%
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	(183.498)	(154.909)	18,5%	(607.541)	(516.502)	17,6%
Quota para a reserva global de reversão - RGR	(82.836)	(54.677)	51,5%	(146.172)	(117.862)	24,0%
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(9.070)	(9.312)	-2,6%	(48.474)	(39.095)	24,0%
Impostos s/ serviços - ISS	(193)	(25)	672,0%	(238)	(118)	101,7%
COFINS s/ receitas operacionais	(75.097)	(74.683)	0,6%	(339.066)	(295.322)	14,8%
PIS s/ receitas operacionais	(16.302)	(16.212)	0,6%	(73.591)	(64.105)	14,8%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	912.977	951.192	-4,0%	4.856.023	3.904.102	24,4%
DESPESAS OPERACIONAIS	(399.426)	(433.850)	-7,9%	(1.701.952)	(1.694.460)	0,4%
Pessoal	(53.663)	(51.555)	4,1%	(183.774)	(199.964)	-8,1%
Programa de incentivo a aposentadoria	-	-	-	(6.294)	(27.948)	-77,5%
Entidade de Previdência - Contribuição ao Plano	(2.380)	(2.472)	-3,7%	(8.344)	(9.768)	-14,6%
Entidade de Previdência - CPC 33 / IAS 19	1.554	(14.756)	-	4.935	(25.109)	-
Material	(3.093)	(2.661)	16,2%	(11.935)	(10.584)	12,8%
Serviços de terceiros	(28.909)	(30.973)	-6,7%	(92.378)	(102.672)	-10,0%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(32.958)	(47.823)	-31,1%	(157.143)	(183.067)	-14,2%
Encargos de uso do sistema de transmissão / serviços do sistema	(94.849)	(91.547)	3,6%	(385.983)	(356.242)	8,3%
Taxas do setor elétrico	(5.414)	(4.770)	13,5%	(20.068)	(18.303)	9,6%
Créditos de COFINS/PIS s/ encargos de uso do sistema de transmissão	7.870	6.962	13,0%	25.758	27.865	-7,6%
Depreciação	(158.116)	(159.377)	-0,8%	(641.185)	(680.626)	-5,8%
Provisão para perda estimada de crédito	28.772	(1.706)	-	21.029	(12.021)	-
Provisões operacionais	(49.536)	(24.216)	104,6%	(224.773)	(73.914)	204,1%
Outras despesas	(8.704)	(8.956)	-2,8%	(21.797)	(22.107)	-1,4%
RESULTADO DO SERVIÇO	513.551	517.342	-0,7%	3.154.071	2.209.642	42,7%
Outras (despesas) receitas líquidas	(2.055.877)	(1.860.167)	10,5%	(2.139.257)	(2.039.394)	4,9%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(1.542.326)	(1.342.825)	14,9%	1.014.814	170.248	496,1%
RESULTADO FINANCEIRO	(36.476)	(104.458)	-65,1%	(132.284)	(422.082)	-68,7%
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS	(1.578.802)	(1.447.283)	9,1%	882.530	(251.834)	-
Imposto de renda - corrente	(82.971)	(36.957)	124,5%	(553.966)	(303.234)	82,7%
Contribuição social - corrente	(32.797)	(16.781)	95,4%	(205.537)	(115.778)	77,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	546.812	510.463	7,1%	437.112	475.500	-8,1%
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	431.044	456.725	-5,6%	(322.391)	56.488	-
LUCRO LÍQUIDO	(1.147.758)	(990.558)	-15,9%	560.139	(195.346)	-
LUCRO LÍQUIDO por ação	(3,50)	(3,02)	-15,9%	1,71	(0,60)	-

Demonstração dos Resultados (Estrutura ANEEL) - R\$ mil	2014	2013	Var.
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Receitas c/ Energia			
Fornecimento de energia	1.080.326	971.845	11,2%
Suprimento de energia - Contratos	1.118.050	886.356	26,1%
Suprimento de energia - Leilões	1.515.503	1.628.992	-7,0%
Energia de curto prazo	1.669.933	869.123	92,1%
	5.383.812	4.356.316	23,6%
Suprimento de energia regime de Cotas	71.153	60.497	-
Outras receitas	8.599	3.791	126,8%
	5.463.564	4.420.604	23,6%
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL			
Quota para a reserva global de reversão - RGR	(146.172)	(117.862)	24,0%
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(48.474)	(39.095)	24,0%
Imposto s/ serviços - ISS	(238)	(118)	101,7%
COFINS s/ receitas operacionais	(339.066)	(295.322)	14,8%
PIS s/ receitas operacionais	(73.591)	(64.105)	14,8%
	(607.541)	(516.502)	17,6%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4.856.023	3.904.102	24,4%
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Custo com Energia Elétrica	(517.368)	(511.444)	1,2%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(157.143)	(183.067)	-14,2%
Encargos de uso do sistema de transmissão/serviços do sistema	(385.983)	(356.242)	8,3%
Energia comprada	-	-	-
Créditos de COFINS/PIS s/ encargos de uso da rede e energia comprada	25.758	27.865	-7,6%
Custo com operação	(752.914)	(837.930)	-10,1%
Pessoal	(56.905)	(54.915)	3,6%
Programa de incentivo a aposentadoria - PIA	(6.294)	(27.948)	-
Material	(8.062)	(6.808)	18,4%
Serviços de terceiros	(40.814)	(37.334)	9,3%
Entidade de Previdência Privada	(3.409)	(34.877)	-90,2%
Depreciação geração	(635.995)	(675.412)	-5,8%
Outras despesas	(1.435)	(636)	125,6%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	3.585.741	2.554.728	40,4%
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	(226.826)	(256.127)	-11,4%
Outras despesas operacionais	(204.844)	(88.959)	130,3%
Outras (despesas) receitas líquidas	(2.139.257)	(2.039.394)	4,9%
	(2.570.927)	(2.384.480)	7,8%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	1.014.814	170.248	496,1%
RESULTADO FINANCEIRO	(132.284)	(422.082)	-68,7%
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	882.530	(251.834)	-
Imposto de renda - corrente	(553.966)	(303.234)	82,7%
Contribuição social - corrente	(205.537)	(115.778)	77,5%
Imposto de renda diferido (ativo)	(284.853)	(91.434)	211,5%
Contribuição social diferida (ativo)	(103.146)	(32.280)	219,5%
Imposto de renda diferido (passivo)	606.699	440.599	37,7%
Contribuição social diferida (passivo)	218.412	158.615	37,7%
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(322.391)	56.488	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	560.139	(195.346)	-
Lucro (Prejuízo) diluído por ação	1,71	(0,60)	-

ATIVO	31/12/2014	31/12/2013
CIRCULANTE	2.948.585	1.471.399
Caixa e equivalentes de caixa	2.427.852	839.649
Valores a receber	423.061	530.195
Perda estimada de créditos	(37.886)	(58.916)
Tributos e contribuições compensáveis	4.473	39.491
Almoxarifado	34.788	34.964
Outros créditos	90.103	79.027
Despesas pagas antecipadamente	6.194	6.989
NÃO CIRCULANTE	11.739.301	13.703.454
Cauções e depósitos vinculados	773.555	601.141
Imposto de renda e contribuição social diferidos	734.686	297.573
Outros créditos	4.730	6.426
Despesas pagas antecipadamente	4.807	4.213
Ativo disponível para reversão	3.529.080	3.529.080
Provisão ativo contingente - UHE Três Irmãos	(1.811.718)	(1.811.718)
Imobilizado	8.504.161	11.076.739
TOTAL DO ATIVO	14.687.886	15.174.853

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

31/12/2014

31/12/2013

CIRCULANTE	2.202.432	1.251.127
Fornecedores	16.853	21.907
Empréstimos e financiamentos	1.149.797	193.781
Fundo de investimento em Direitos Creditórios - FIDC	290.626	287.708
Tributos e contribuições sociais	50.030	51.649
Taxas regulamentares / Encargos uso do sistema de transmissão	115.413	133.807
Dividendos e juros sobre capital próprio	405.385	402.162
Obrigações estimadas e folha de pagamento	30.194	32.294
Obrigações socioambientais	-	12.418
Outras obrigações	144.134	115.401
NÃO CIRCULANTE	3.856.377	4.606.340
Empréstimos e financiamentos	605.267	1.569.012
Fundo de investimento em Direitos Creditórios - FIDC	268.716	496.736
Entidade de previdência a empregados	131.891	62.915
Taxas regulamentares / Encargos uso do sistema de transmissão	70.969	33.600
Provisão para riscos legais	2.660.866	2.316.985
Obrigações socioambientais	101.192	109.800
Outras obrigações	17.476	17.292
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.629.077	9.317.386
Capital social	5.975.433	5.975.433
Reservas de capital	1.929.098	1.929.098
Ajuste de avaliação patrimonial	(970.052)	531.519
Outros resultados abrangentes	(137.792)	66.579
Reservas de lucros	656.738	368.223
Dividendos adicionais propostos	1.175.652	446.534
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.687.886	15.174.853

ANEXO 1 – Glossário do Setor de Energia Elétrica

ACL - Ambiente de Contratação Livre. Segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, objeto de contratos bilaterais livremente negociados entre geradoras, comercializadoras e consumidores livres, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos. Os agentes de distribuição (distribuidoras) não podem comprar nesse ambiente.

Acordo Geral do Setor Elétrico - Acerto firmado entre geradoras e distribuidoras com o objetivo de definir regras para compensação das perdas financeiras geradas pelo racionamento de energia 2001/2002. O acordo, fechado em dezembro de 2001, previa financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) às empresas e reajuste tarifário extraordinário para os consumidores, com exceção dos consumidores de baixa renda, a título de recomposição das perdas.

ACR - Ambiente de Contratação Regulada – O segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica entre agentes de geração e agentes de distribuição, precedidas de licitação, ressalvados os casos previstos em lei, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos.

Agente: Agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) – Concessionária, autorizada, ou permissionária de serviços e instalações de energia elétrica, comercializadoras e consumidores livres, integrantes da CCEE e sujeitos às obrigações e direitos previstos na Convenção, nas Regras e nos Procedimentos de Comercialização.

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica – Órgão regulador do setor elétrico brasileiro. Autarquia em regime especial, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, criada pela Lei 9.427 de 26 de Dezembro de 1996. Tem como atribuições: regular e fiscalizar a geração, a transmissão, a distribuição e a comercialização da energia elétrica, atendendo reclamações de agentes e consumidores com equilíbrio entre as partes e em benefício da sociedade; mediar os conflitos de interesses entre os agentes do setor elétrico e entre estes e os consumidores; conceder, permitir e autorizar instalações e serviços de energia; garantir tarifas justas; zelar pela qualidade do serviço; exigir investimentos; estimular a competição entre os operadores e assegurar a universalização dos serviços.

Capacidade Instalada (Potência Instalada) - Quantidade máxima de eletricidade que pode ser entregue por uma unidade geradora, por uma usina hidrelétrica ou por um parque gerador.

CAR – Curva de Aversão a Risco - Mecanismo que estabelece o nível mínimo de armazenamento de água dos reservatórios das hidrelétricas necessário à produção de energia com segurança para o sistema interligado. A CAR foi instituída em janeiro de 2002 pela Resolução nº 109, que estabeleceu critérios e diretrizes para a política de operação energética e despacho de geração termelétrica realizados pelo ONS, bem como para a formação de preço no mercado de energia elétrica.

CCE - Contrato de Compra de Energia – Contrato com tarifa regulada, que estabelece os termos e as condições gerais que irão regular a comercialização de energia elétrica entre a atual geradora e a distribuidora com mercado inferior a 500 GWh/ano, para atendimento do seu mercado.

CCEAR - Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - Instrumento celebrado entre cada geradora e todas as distribuidoras participantes dos leilões de comercialização de energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração existentes ou futuros.

CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que atua sob autorização do Poder Concedente e regulação e fiscalização da ANEEL, com a finalidade de viabilizar as operações de compra e venda de energia elétrica entre os Agentes da CCEE, restritas ao Sistema Interligado Nacional (SIN). É no ambiente da CCEE que mensalmente todos os agentes prestam contas de seus direitos de energia, e que se contabilizam os movimentos de energia elétrica.

CCVEE – Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica – Também denominado Contrato Bilateral. Instrumento que formaliza a comercialização de energia elétrica (volumes, preços, condições, etc.) decorrente da livre negociação entre os agentes geradores, comercializadores, consumidores livres, importadores, no Ambiente de Contratação Livre.

CNPE - Conselho Nacional de Política Energética – O CNPE é um comitê criado em agosto de 1997, para aconselhar o presidente do Brasil sobre o desenvolvimento da política energética nacional. Foi criado para aperfeiçoar a utilização dos recursos energéticos do Brasil e para garantir o abastecimento nacional de energia.

Comercializadora – Empresa que atua na intermediação de negócios de compra e venda de energia elétrica.

Consumidores Cativos - Consumidor ao qual só é permitido comprar energia da distribuidora, a cuja rede está conectado.

Consumidores Livres - Consumidor com demanda contratada igual ou superior a 3,0 MW, que tenha exercido a opção de se declarar livre, a fim de negociar as condições contratuais com o fornecedor de seu interesse (regulado pelos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995).

Contrato bilateral - Instrumento jurídico que formaliza a compra e venda de energia elétrica entre Agentes da CCEE, no Ambiente de Contratação Livre, tendo por objeto estabelecer preços, prazos e montantes de suprimento em intervalos temporais determinados.

Contrato de Concessão – Instrumento legal celebrado entre o Poder Concedente e a Concessionária, formalizador da concessão, e que deverá ter cláusulas essenciais, entre outras, as relativas ao objeto, área e prazo, bem como as principais condições da prestação do serviço público.

Cotas – Vide Regime de cotas

CVM– Comissão de Valores Mobiliários

Distribuidoras - Agente titular de concessão federal para prestar o serviço público de distribuição de energia elétrica nos termos da legislação aplicável, que atendem os consumidores cativos de sua área geográfica de concessão.

EBIT e EBITDA - Definidos pelas regras estabelecidas pela Instrução CVM nº 527/2012.

Energia Assegurada – Vide **Garantia Física**

Energia de Curto Prazo – É a energia contabilizada pela CCEE decorrente das diferenças entre o que foi produzido ou consumido e o que foi contratado. As diferenças positivas ou negativas são liquidadas no Mercado de Curto Prazo e valoradas ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças).

Energia de Empreendimentos Existentes - Energia elétrica produzida por empreendimentos que já se encontravam em operação comercial até 31 de dezembro de 1999, também denominada Energia Velha.

Energia de Novos Empreendimentos - Energia elétrica de novas usinas, novos empreendimentos sob licitação e também dos projetos concedidos e autorizados até 16 de março de 2004, que entraram em operação comercial a partir de 1º de janeiro de 2000 e cuja energia estava descontratada até 16 de março de 2004. Também denominada Energia Nova.

Fator de Ajuste de Garantia Física (Fator de MRE ou GSF) - Esse fator considera uma redução das energias asseguradas das usinas participantes do MRE, quando o total de energia gerada é inferior ao total da energia assegurada. $GSF = \text{Geração Hidráulica no SIN} / \text{Geração Total no SIN}$. Então um $GSF < 100\%$ indica que as usinas do MRE geraram menos que sua garantia física.

FIDC - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, conforme estabelecido nas normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Securitização de recebíveis.

Fornecimento de Energia - venda de energia a grandes consumidores.

Garantia Física – É a quantidade de energia que um agente está autorizado a comercializar em contratos, como oferta de energia elétrica, medida em megawatts médios (MWmédios). Determinada pela ANEEL como o montante de energia elétrica, em média, que uma usina pode produzir e comercializar em base sustentável 365 dias por ano, com fator de risco de 5%. (substitui o conceito de energia assegurada).

Geradora – Empresa que produz energia elétrica.

GSF (Generation Scaling Factor) – Vide **Fator de Ajuste de Garantia Física**

Leilões de Energia – Processo licitatório para compra de energia elétrica, regido pelo edital e seus documentos correlatos, onde as Distribuidoras podem comprar energia para atendimento de seu mercado.

MCSD – Mecanismo de Compensação de Sobras e Déicits - Processo de realocação, entre Agentes de Distribuição participantes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, de sobras e déicits de montantes de energia contratados no Ambiente de Contratação Regulada -ACR. Por este processo as distribuidoras podem transferir entre elas, até 3% ao ano, dos montantes que mantêm sob contrato de compra junto às geradoras.

Mercado de Curto Prazo - Segmento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE onde são comercializadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados e registrados pelos Agentes da CCEE e os montantes de geração ou consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos Agentes.

Mercado Livre - Vide **ACL**.

Mercado Regulado - Vide **ACR**.

MME - Ministério de Minas e Energia - O MME é a principal autoridade do governo brasileiro no setor elétrico. As suas principais funções são a de elaborar diretrizes para a atribuição de concessões e a emissão de diretrizes relativas ao processo licitatório de concessões relacionadas a serviços e bens públicos.

MRE - Mecanismo de Realocação de Energia - Mecanismo de compartilhamento dos riscos hidrológicos associados à otimização eletro-energética do Sistema Interligado Nacional - SIN, no que concerne ao despacho centralizado das unidades de geração de energia elétrica. Isto significa que eventuais insuficiências de geração de uma Usina, sob comando do ONS, podem ser geradas por outra usina integrante do sistema, visando a otimização do sistema. Essas compensações são remuneradas pela TEO – Tarifa de Energia de Otimização.

MW- Megawatt – Unidade de medida de energia mecânica ou elétrica, de fluxo térmico e de fluxo energético de radiação, equivalente a um milhão de Watts.

MWh – Megawatt-hora – Unidade de medida equivalente a um megawatt de energia elétrica fornecida ou solicitada por hora ou um milhão de Watts-hora.

MW médio - Megawatt médio- Unidade de medida referente à energia em MegaWatt-hora (MWh) dividida pelo respectivo número de horas do período.

ONS- Operador Nacional do Sistema Elétrico – Agente instituído pela Lei nº 9.648, de 1998, com redação dada pela Lei nº 10.848, de 2004, responsável pela coordenação e controle da operação de geração e da transmissão de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional - SIN.

PLD – Preço de Liquidação das Diferenças – Preço divulgado pela CCEE, calculado antecipadamente, com periodicidade semanal, tendo como base Custo Marginal de Operação, limitado por preços mínimo e máximo, pelo qual é valorada a energia comercializada no Mercado de Curto Prazo.

Potência instalada – Vide **Capacidade Instalada**.

Rede Básica - Instalações de transmissão do Sistema Interligado Nacional - SIN, de propriedade de concessionárias de serviço público de transmissão em tensão igual ou superior a 230 kV, definida segundo critérios estabelecidos na Resolução Normativa nº 67, de 8 de junho de 2004.

Regime de Cotas – Mecanismo utilizado para rateio da Garantia física de energia e de potência das Usinas Hidrelétricas, renovadas conforme lei 12.783 (MP 579) e alocadas para as concessionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional, conforme a regulamentação específica da ANEEL, visando à modicidade tarifária.

RGR - Reserva Global de Reversão - Trata-se de um encargo pago mensalmente (quota) pelas empresas de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica. Tem, também, destinação legal para financiar a expansão e melhoria desses serviços, bem como financiar fontes alternativas de energia elétrica para estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de novos potenciais hidráulicos, e para desenvolver e implantar programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. O valor anual do encargo a ser recolhido equivale a 2,5% do valor do Imobilizado vinculado à prestação do serviço de eletricidade, sendo limitado a 3,0% de sua receita anual.

RTE – Recomposição Tarifária Extraordinária - Aumento tarifário temporário, autorizado às distribuidoras das regiões que estiveram sob racionamento no período 2001/1002, pela Lei nº 10.438, de 2002. Parte dos recursos obtidos com essa recomposição foi repassado às geradoras como reembolso de energia comprada.

SIN – Sistema Interligado Nacional - Instalações eletricamente interligadas, compreendendo usinas, instalações de transmissão, responsáveis pelo suprimento de energia elétrica a todas as regiões do país, abrangendo 97% do consumo brasileiro.

Suprimento de Energia - venda de energia a distribuidoras e comercializadoras, para revenda a seus clientes.

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta – Instrumento jurídico firmado entre responsáveis por determinadas ações ou providências (no caso, a CESP), e o Ministério Público (federal, estaduais ou municipais), na defesa de *interesse difuso ou coletivo*. Em geral refere-se à prevenção, mitigação ou recuperação do meio ambiente, por meio da fixação de obrigações e condicionantes técnicas.